

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.215 - RJ (2019/0355167-9)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : HENRIQUE SANTOS CERQUEIRA**  
**ADVOGADO : HENRIQUE SANTOS CERQUEIRA - RJ138841**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE : FILIPI DA SILVA GARIBALDI (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

## DECISÃO

**FILIPI DA SILVA GARIBALDI**, paciente neste habeas corpus, alega sofrer constrangimento ilegal em seu direito a locomoção e aponta como autoridade coatora o **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**.

Nas razões deste feito, sustenta a defesa, resumidamente, que o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp n. 1.544.041/RJ, afastou o privilégio no tráfico de drogas de forma indevida.

Pleiteia, assim, a revisão da dosimetria da pena e do regime inicial.

### **Decido.**

No caso em exame, observo a patente incompetência deste Superior Tribunal de Justiça para apreciar e julgar o *writ*, haja vista que o ato inquinado coator é o acórdão proferido no REsp n. 1.544.041/RJ, julgado por esta Corte.

Outrossim, consoante disciplinado no art. 102, I, alínea "i", da Constituição Federal de 1988, **compete ao Supremo Tribunal Federal** processar e julgar, originariamente, "*habeas corpus*, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância".

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, mostra-se inviável a análise do pleito defensivo.

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

